

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2016

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de seus Acionistas e da sociedade em geral, o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Agência de Fomento acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia tocaninense, gerando mais emprego e renda, e através do financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

Os indicadores do nível de atividade da economia brasileira vêm apresentando forte redução desde 2015, como do produto interno bruto, da produção industrial, do comércio varejista e emprego formal. A inflação alcançou dois dígitos e os juros oficiais mantêm-se nos maiores patamares dos últimos anos. Não obstante o cenário econômico desfavorável à realização de investimentos em face da desconfiança na economia nacional, o cenário político tem sido um dos fatores de desestabilização, atingindo todo o setor produtivo brasileiro.

Assim, o ambiente econômico para as microempresas e empresas de pequeno porte, principais tomadoras de crédito na Agência de Fomento, é de dificuldade e as estatísticas oficiais demonstram que o número de encerramento de empresas e de solicitações de recuperação judicial ou de falências tem aumentado no último ano. De acordo com a Serasa, houve aumento de 87,6% nos pedidos de recuperação judicial no primeiro semestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, enquanto os requerimentos de falências foram 8,9% maiores, sendo que as microempresas e empresas de pequeno porte lideraram os requerimentos.

Assim como a Agência de Fomento, as demais instituições integrantes do sistema nacional de fomento, em especial as que possuem semelhanças de produtos como também no modus operandi, obtiveram resultados negativos no período. O BNDES, principal agente de fomento que opera em nível nacional, apresentou prejuízo de R\$ 2,174 bilhões. Da mesma forma, agências de fomento que possuem o mesmo perfil da Agência de Fomento também foram afetadas pelos mesmos motivos.

Dessa forma, é evidente que além dessas, as demais instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional também têm sido afetadas pelo alto índice

de inadimplência ocasionado pelas dificuldades enfrentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, com consequente redução na margem de lucratividade provocada pelo aumento das provisões para devedores duvidosos, onde esse aumento provocou resultado negativo no período e se apresenta como limitador na atuação da Agência de Fomento que vem se empenhando para cumprir sua missão institucional, que é o fomento às atividades produtivas.

A INSTITUIÇÃO

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, para estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Tocantins.

Apoiada em uma rede de parceiros, a instituição também disponibiliza crédito para apoiar empreendedores de todos os portes, da indústria, do comércio, do setor de serviços e até da agricultura, em todas as regiões do Estado.

A Agência de Fomento atua na:

a) Oferta de financiamentos destinados a empreendimentos sustentáveis, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do Estado do Tocantins;

b) Execução de programas de financiamento, de caráter especial, em parceria com o Estado.

PLANEJAMENTO, NORMAS E PRODUTOS

- **Ação - Atuação no Interior**

2016 foi o ano de conclusão do projeto ISA - Atuação no Interior - que consistiu em ações de estratégia de visitas aos 139 municípios do Estado, com o objetivo de pulverizar o crédito para todos e, assim, contribuir para a sua sustentabilidade. Entretanto, o referido ano, foi um ano atípico, onde ocorreu uma considerável retração na economia nacional e estadual e, por sua vez, foi necessário adotar um rigoroso controle de gastos no que se refere ao deslocamento com viagens para a oferta de crédito. Diante disso, as ações passaram a concentrar-se mais em Palmas. Assim, no Exercício de 2016 foram realizados 536 atendimentos, entre palestras e visitas individuais a empresas e um montante liberado em novos créditos no valor de R\$ 3.939.985,71, totalizando em 57 novos contratos para 13 municípios atendidos, onde 04 deles tiveram o crédito atendido pela primeira vez. Estas liberações ainda foram reflexos de ações de visitas desenvolvidas em períodos anteriores.

Resultado da ação “ Atuação no Interior” em 2016

Discriminação	Quantidade	Valor	%
Meta de visitas a novos municípios	61		
Meta de visita cumprida (novos municípios)	00		
Meta a cumprir	61		
Credito Geral liberado (+ renegociação)	72	5.873.205,89	100,00%
Novos créditos liberados (- renegociação)	57	3.939.985,71	67%
Créditos renegociados	15	1.933.220,18	
Municípios atendidos	13	3.939.985,71	
Novos municípios com crédito	04	76.000,00	0,0013%

Devido a fatores internos e externos, inerentes as atividades da Agência, o andamento das ações, “Atuação no Interior”, foram afetadas, comprometendo o resultado das metas estabelecidas no período, em 100%, conforme se justifica abaixo:

- Contenção de gastos com viagens (diárias e combustíveis);
- Adequações operacionais;
- Redução do quadro de colaboradores; e,
- Retração da Economia Local/Nacional.

Conclusão projeto ISA / Atuação no Interior

O projeto **ISA / Atuação no Interior**, consistiu no Aporte de Capital para a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A no valor de R\$ 17.037.394,00 (dezesete milhões, trinta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), originários de seu acionista majoritário do Estado do Tocantins, com recursos derivados do programa PROINVEST/BNDES para um período de 4 anos (de 2013 a 2016).

Este aporte de recursos financeiros na Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A teve como objetivo a promoção do desenvolvimento regional, a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Estado e a conquista da sustentabilidade econômica da Instituição, através dos resultados obtidos com o aumento do volume de negócios gerados na aplicação dos recursos.

• Expansão do crédito

A Agência de Fomento não era conhecida no interior do Estado, uma vez que ainda não houve uma ação midiática com essa finalidade, desta forma, com o aporte desses recursos possibilitou apresentar a Fomento aos empreendedores do interior, bem como ofertar a estes, essa possibilidade de crédito.

- **Sustentabilidade da Instituição**

A Agência de Fomento não possuía quadro próprio de colaboradores, todos eram cedidos pelo Governo do Estado, exceto os Diretores, bem como, havia, ainda, a dependência de veículos e combustível. Assim, após a entrada desses recursos foi possível para a Instituição assumir seus custos com essas despesas e manter-se funcionando e exercendo sua finalidade que é financiar projetos de desenvolvimento, exclusivamente no Estado do Tocantins, gerando emprego e renda através do fomento nos setores agropecuário, comercial, industrial e de serviço, para as micro, pequenas e médias empresas.

A Agência participa de outras ações e parcerias com o Estado, a saber:

1- SEDEN - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura:

- **Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas – FEMEP-** possui o objetivo de promover, articular e integrar políticas públicas para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas no Estado. A Agência participa de dois Comitês: **Tecnologia e Inovação**, como membro e no comitê **Investimento e Financiamento** como coordenador. Dentro das ações que estão em andamento pelos comitês se destacam: a proposta para a criação de um **Sistema de Garantia de Crédito- SGC**, com a realização de reuniões e vídeo conferências para socialização do tema junto ao Sebrae Nacional e Local; **Levantamento e estudo dos Fundos Estaduais** para uma possível utilização em financiamentos às MPes.
- **Arranjos Produtivos Locais- APLs** - com o objetivo de realizar estudos para identificar e mapear a competitividade e os principais aglomerados produtivos no Estado do Tocantins, destacou-se nesse semestre, a realização do estudo de **Mapeamento e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais** realizado pela Seden e UFT.

2- SEAGRO - Secretaria da Agricultura e Pecuária - Participação na Câmara Setorial da APL da Apicultura dentre outros.

3- SEBRAE - Nacional/FAMPE - Convênio firmado para utilização do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, que se constitui num instrumento complementar das garantias exigidas pelas instituições financeiras para concessão de crédito. Neste ano, a utilização do aval complementar do Sebrae/Fampe, foi de grande importância para os micro e pequenos empresários, tendo em vista a situação da economia.

4- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - credenciamento e disponibilização de recursos no valor de R\$ 8.000.000,00, liberados pelo programa

INOVACRED do qual foi realizado, nesse semestre, na Agência de Fomento um treinamento com os técnicos da FINEP para orientação sobre a modelação e forma utilização dos recursos liberados. Este treinamento também foi realizado na FIETO – Federação da Indústria e teve a participação da Agência de Fomento.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Prospecção e Oportunidades de Negócios

No exercício de 2016 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios trabalhou com grande cautela na captação de novos créditos. O comércio tocantinense foi impactado pelo cenário econômico vivenciado nesse exercício, o qual levou de forma considerável a contenção à liberação de créditos.

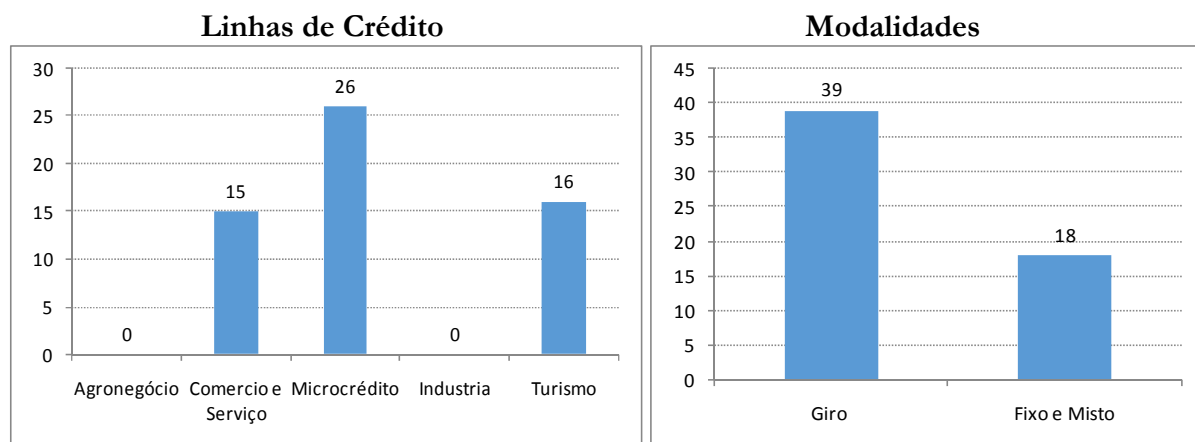
O fechamento do exercício de 2016 foi muito retraído quanto à tomada de créditos, fato esse que se justifica pela desaceleração da economia Brasileira e Tocantinense, além das elevadas taxas de juros, que levou à retração dos empréstimos concedidos.

Mesmo diante desse cenário econômico, a área de Prospecção realizou palestras, divulgações, participaram de feiras e eventos que envolviam empreendedores de todo o Estado do Tocantins.

No Exercício de 2016 com os atendimentos e os créditos liberados a Agência de Fomento contabilizou um total de 57 processos, somando um montante de R\$ 3.939.985,71 em liberações, sendo 39 na modalidade giro, 17 fixo e 1 misto, com créditos destinados ao seguimento de Comércio e Serviço e Microcrédito e Turismo.

Foram atendidos 12 municípios, sendo os seguintes: Aguiarnópolis, Araguaína, Arapoema, Colméia, Cristalândia, Goianorte, Guaraí, Natividade, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pau D'arco e Silvanópolis.

▪ CRÉDITOS LIBERADOS NO EXERCÍCIO DE 2016

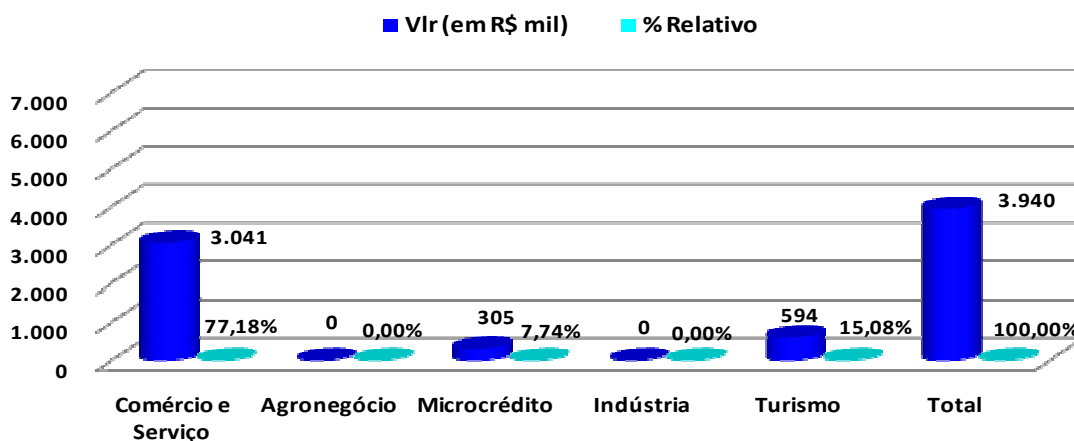


Operações de Crédito

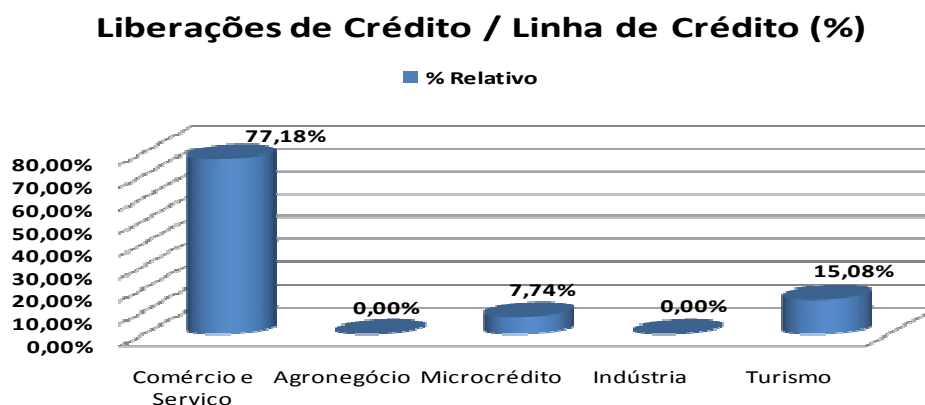
No Exercício de 2016 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 3.939.985,71 em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, representando uma redução de 68,94% com relação ao Exercício de 2015 que liberou um montante de R\$ 12.684.480,34. Essa redução se deu em virtude da crise econômica, que vem apresentando um novo cenário ao comércio tocantinense e que levou a Agência de Fomento a restringir de forma cautelosa a concessão do crédito.

Foi liberado R\$ 3.041.330,81 em operações de crédito na linha de Comércio e Serviços, beneficiando empresas do segmento de comércio e serviços. O Microcrédito beneficiou empreendedores formais e informais, liberando R\$ 304.800,00 para esse segmento e o Turismo foi contemplado com R\$ 593.854,90:

Operações por Linha de Crédito (em R\$ mil)



O montante liberado no Exercício de 2016 registrou uma média de liberações de R\$ 69.122,56 por empreendedor. Do total de liberações, 77,18% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 7,74% para o Microcrédito e 15,08% para o Turismo:



Liberações de Crédito por Município

Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 13 municípios tocantinenses, com destaque para Palmas, que alavancou com R\$ 3.489.885,71 em operações de crédito, correspondendo a 88,58% do montante liberado no Exercício de 2016. Em seguida está o município de Araguaína com R\$ 255.200,00, correspondendo a 6,48% do montante liberado, e em 3.º lugar se destaca o município de Goianorte com R\$ 60.000,00 em crédito liberado nesse Exercício:

LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIO

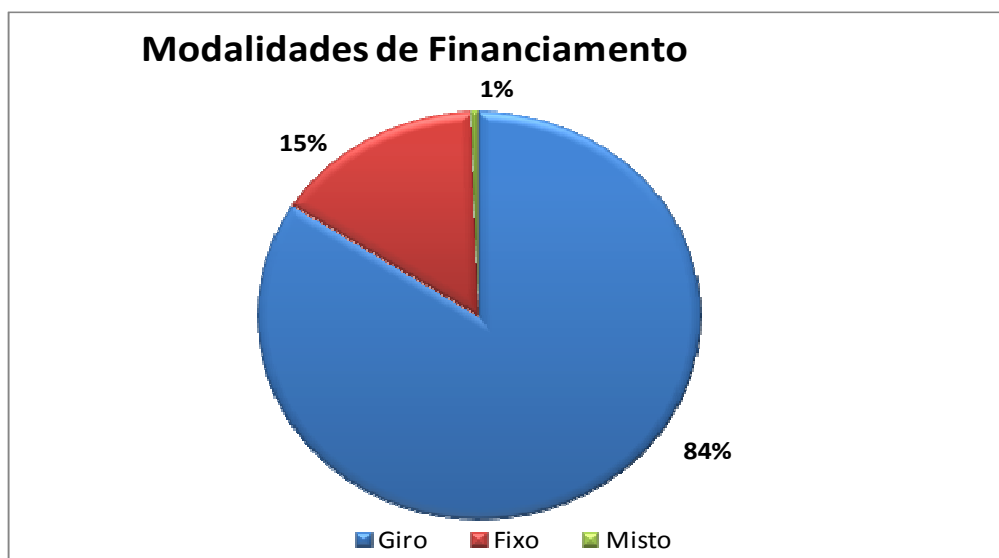
EXERCÍCIO DE 2016

Vlr. em R\$

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VLR	% REL
1	AGUIARNÓPOLIS	12.000,00	0,30%
2	ARAGUAÍNA	255.200,00	6,48%
3	ARAPOEMA	6.000,00	0,15%
4	AURORA DO TO	10.000,00	0,25%
5	COLMÉIA	10.000,00	0,25%
6	CRISTALÂNDIA	34.900,00	0,89%
7	GOIANORTE	60.000,00	1,52%
8	GUARAÍ	20.000,00	0,51%
9	NATIVIDADE	5.000,00	0,13%
10	PALMAS	3.489.885,71	88,58%
11	PARAÍSO DO TO	20.000,00	0,51%
12	PAU DARCO	10.000,00	0,25%
13	SILVANÓPOLIS	7.000,00	0,18%
TOTAL GERAL		3.939.985,71	100,00%

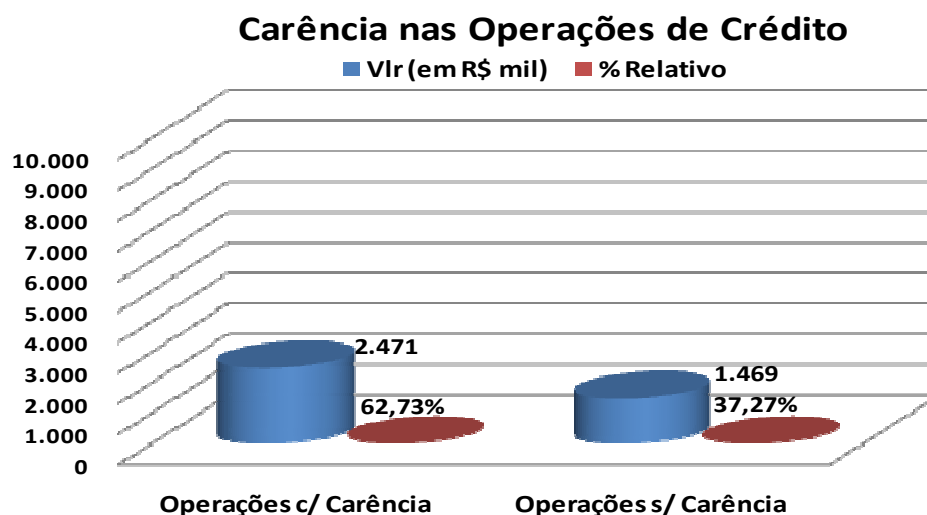
Modalidades de Financiamento

Com relação à modalidade de financiamento, 84% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro, 15% como investimento fixo e apenas 1% para o investimento misto, que é o capital de giro associado ao investimento fixo:



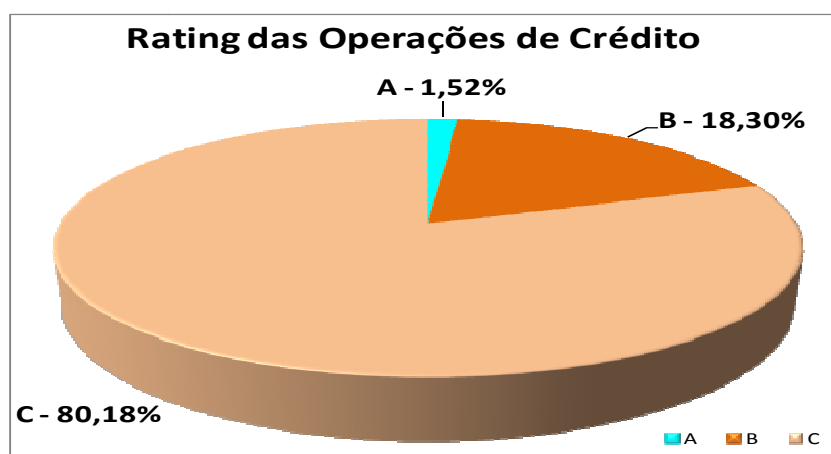
Taxas de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

Considerando todos os créditos liberados no Exercício de 2016, a taxa de juros média praticada foi de 2,45% a.m. e o prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante liberado, R\$ 2.471.430,81 foram liberados com carência, distribuídos em 10 operações de crédito (média de R\$ 247.143,08 por operação), representando 62,73% do total liberado, ao passo que R\$ 1.468.554,90 foram liberados sem carência, distribuídos em 47 operações de crédito (média de R\$ 31.245,85 por operação), representando 37,27% do montante liberado e também proporcionando que o capital financeiro retorne mais rápido aos cofres da Instituição:



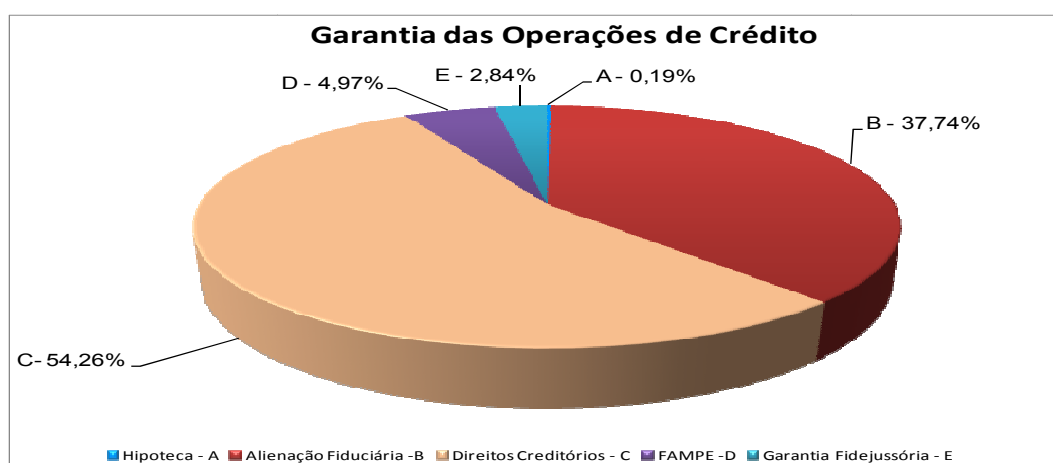
Rating das Operações de Crédito

Das operações liberadas 80,18% estão classificadas entre o nível de risco inicial **C**, 18,30 % estão concentradas no nível de risco **B** e 21,52% em **A**.

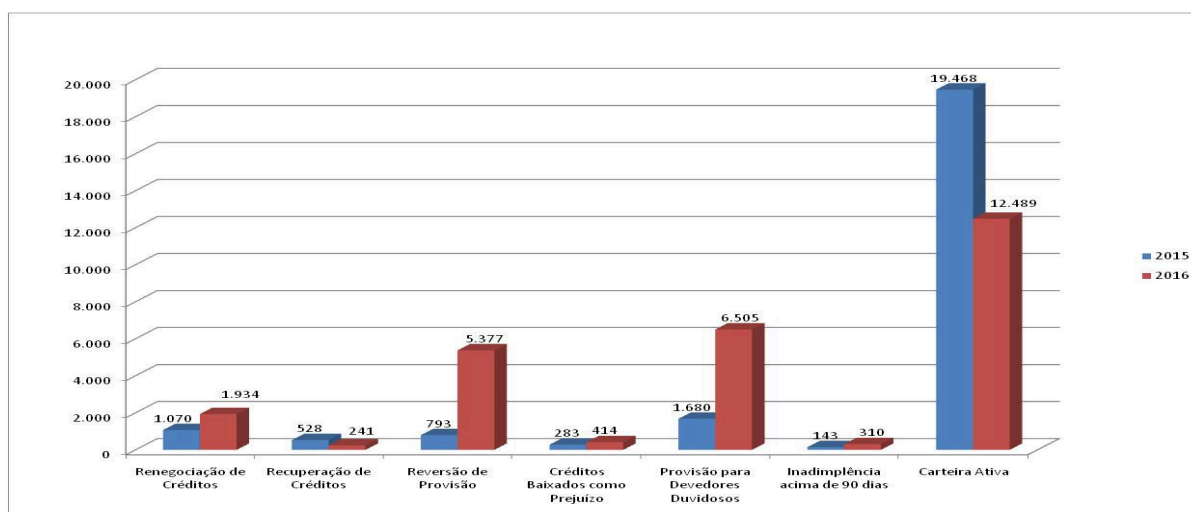


Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, 54,26% das operações de crédito estão lastreadas em Direitos Creditórios (Notas de Empenho), 37,74 em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 4,97% garantido pelo Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, 2,84% por hipoteca de imóveis urbanos e rurais, e 0,19% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 99,81% dos créditos liberados no Exercício de 2016 foram avalizados por garantias de melhor liquidez, com o reforço do aval dos sócios da empresa tomadora do crédito e de seus respectivos cônjuges, e que apenas 0,19% das operações de créditos estão contratadas com garantia fidejussória (avais de terceiros).



Gestão da Carteira de Crédito



No exercício de 2016 a Carteira Ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 12.488.382,36, inferior aos R\$ 19.468.406,45 do exercício anterior, havendo uma redução de R\$ 6.980.024,09, representando uma retração de 56%.

O saldo das parcelas vencidas há mais de 90 dias registrou R\$ 309.792,28 de inadimplência contra R\$ 148.773,60 de 2.015, tendo um aumento de R\$ 161.018,68, alterando o índice de inadimplência de 0,74% para 2,48% da carteira ativa. Este aumento no índice de inadimplência se deve pelos seguintes fatores; a migração dos créditos da carteira ativa para a Carteira de Créditos Baixados como prejuízo e renegociações.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa fechou o exercício acumulado em R\$ 6.505.483,60 de provisão, correspondendo a um aumento de R\$ 4.825.424,64 com relação aos R\$ 1.680.058,96 provisionados em 2.015, 75,28% maior.

Em alguns contratos houve êxito na cobrança por vias normais, quer seja no recebimento de parcelas vencidas ou renegociação de crédito. Em outros não se obteve êxito nas cobranças por vias normais, sendo enviados à Gerência Jurídica para mover ação de execução judicial, buscando o recebimento das dívidas por vias judiciais. Nos casos de persistirem as inadimplências por 360 a 540 dias, tais créditos serão baixados como prejuízo. Tal fato só se reverte em caso de pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação, ocorrendo então à reversão desta provisão.

Os Créditos Baixados como Prejuízo registraram um total de R\$ 413.922,95 contra R\$ 283.787,10 baixados no exercício 2015, representando um aumento de 31,44%. Estes créditos só se recuperam em caso de acordo de pagamento ou pagamento integral da dívida. São créditos de baixo sucesso nos recebimentos por se tratar de créditos problemáticos com vencimentos em mais de 365 dias, o que motiva esforços na cobrança judicial para tentar conseguir reaver tais valores. Além do trabalho de cobrança continuada que é realizado no setor de Gestão de Crédito.

A Reversão das Operações de Crédito somou R\$ 5.360.173,37, superior em R\$ 4.566.871,98 com relação ao exercício de 2.015, que registrou uma reversão de R\$ 793.301,39. Este resultado positivo decorre de recebimentos de créditos que estavam totalmente provisionados, sem perspectivas de recebimento em curto prazo, e que a Gestão de Crédito conseguiu reverter tal situação, recebendo os valores e aumentando consequentemente a reversão deste período, e reduzindo o saldo das provisões em carteira.

A Recuperação dos Créditos Baixados como Prejuízo foi de R\$ 588.869,53, superior em R\$ 60.122,85 com relação ao exercício anterior. Em 2015 registrou uma recuperação de R\$ 528.746,68. Considera-se um resultado positivo, pois, estes valores recuperados entram como receita para instituição se tornando uma boa fonte de recursos para prospecção de novos negócios.

As Renegociações registraram R\$ 1.933.220,18, ao passo que em 2015 foram R\$ 1.070.535,00) de créditos renegociados, sendo 148% a maior.

A Carteira de Renegociação, Provisão para Devedores Duvidosos, inadimplência acima de 90 dias, demonstraram melhores desempenhos no exercício de 2015, ao passo que a Reversão de Provisão de 2016 superou 2015, de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, de Reversão de Provisão, tiveram melhores desempenhos no exercício de 2015.

As variações nos trimestres de 2016 em comparação com 2015 foi melhorada no 4. trimestre de 2016, uma vez que houve recebimentos de provisionamento, redução da carteira de provisão e queda da inadimplência.

Conclui-se que, de maneira geral, e referente aos índices de gestão de crédito supramencionados, a Agência de Fomento obteve melhores resultados no exercício de 2016.

▪ **Qualidade dos Ativos de Crédito**

Quanto aos demais financiamentos observa-se que 70% da carteira ativa esta concentrada entre os níveis de risco “A”, “B” e “C”, respectivamente, “muito baixo”, “baixo” e “moderado”, onde 19% estão no nível “A”; 24% no nível “B”, 27% no nível “C” e os 30% restantes estão distribuídos nos demais níveis de risco. Diante da situação apresentada cabe considerar a qualidade da carteira, os critérios de análise, bem como uma gestão adequada do crédito.

▪ **Aplicações Financeiras**

As Aplicações Financeiras do exercício de 2016 seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 1.097.564,77, alcançando no exercício uma rentabilidade equivalente a 96% do CDI. Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 9.251.189,07, estando R\$ 8.955.033,67 aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 296.155,40 em Títulos de Renda Fixa (LFT), deste valor R\$ 3.055.529,18 destinam-se a atender reservas obrigatórias estabelecidas pelo BACEN, visando a cobertura de riscos, assim, sendo que o restante é o valor necessário para fazer frente às despesas administrativas da

empresa e alavancagens de negócios em empréstimos e financiamentos da Instituição.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

▪ Receitas

As Receitas do exercício totalizaram R\$ 10.416.557,17, o resultado líquido acumulado do exercício de 2016 alcançou um prejuízo de R\$ 1.889.085,19, o que representa um aumento de 110% em relação ao mesmo período do ano anterior, salientando que o resultado foi impactado pelo aumento de 312% das despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa, de pessoal e de despesas administrativas, sendo que estas despesas estão relacionadas aos esforços da instituição para ampliar o volume de negócios, para atender aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, em toda a região do Estado. E para isso foi necessário estruturar e ampliar o quadro de pessoal, desenvolver campanhas para divulgar a marca e as linhas de crédito antigas e novas.

No entanto, nesse exercício houve uma redução na carteira de crédito total da Instituição, que passou de R\$ 19.468.406,45, registrados no exercício de 2015, para R\$ 12.488.302,36 em dezembro de 2016, o que representa uma redução de 36%. Comparando-se o avanço da carteira de crédito em um período mais longo, em relação ao exercício de 2011, por exemplo, verifica-se que o aumento da carteira total da Agência de Fomento foi de 59% em cinco anos. Mesmo com essa evolução operacional no setor privado, a receita associada a essas operações de crédito não geram resultados econômicos significativos em curto prazo para a instituição, porém gerou ganho imediato para a população através de novos postos de trabalho. Esses resultados são esperados a médio ou longo prazo, quando do retorno dessa carteira. Devemos considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro, o que resulta em baixo spread nas operações.

▪ Despesas

As Despesas totais no exercício de 2016 somaram R\$ 12.305.642,31, representando um aumento de 82% em relação ao montante das despesas realizadas no exercício de 2015, quando estas representavam R\$ 6.745.899,59. Nesse feito, a conta Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa teve um acréscimo de R\$ 4.825.424,64 em 31/12/2016, representado 287% em relação ao mesmo período anterior. Essas provisões foram constituídas para absorver prováveis perdas, de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99.

▪ Resultado

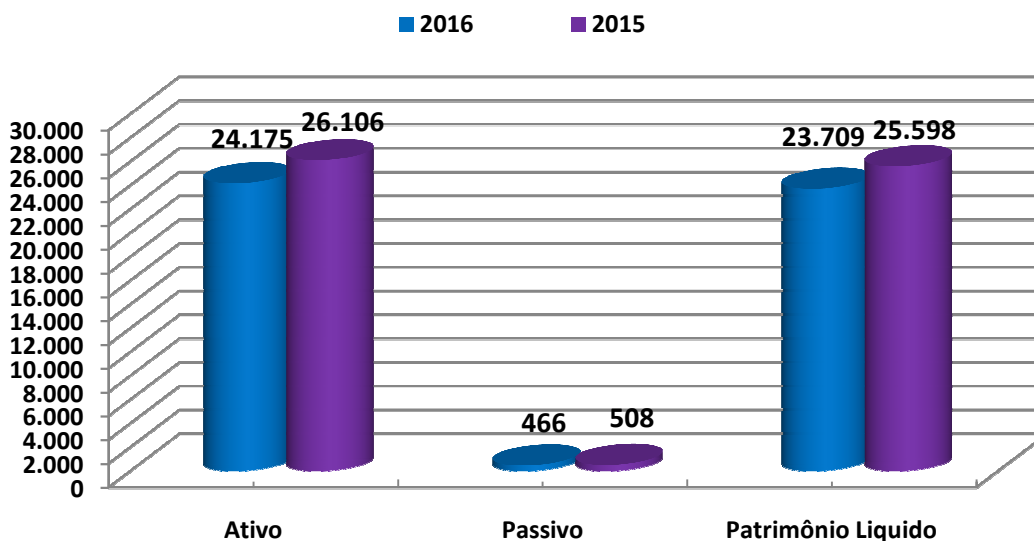
Assim, o resultado do exercício de 2016 foi um prejuízo de R\$ 1.889.085,19, impactado, principalmente pelo acréscimo da constituição da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, reestruturação e melhorias no quadro de funcionários e a redução dos rendimentos da aplicação em Títulos e Valores Mobiliários.

▪ Perspectiva Patrimonial

O Ativo da Agência de Fomento apresentou um saldo de R\$ 24.174.583,85, registrando uma redução de R\$ 1.931.140,14. Os seus principais componentes são a carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 12.488.382,36, correspondente a 52%, e aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 9.251.189,07, equivalentes a 38%.

O Patrimônio Líquido do exercício de 2016 finalizou com o saldo de R\$ 23.708.429,00, distribuído em R\$ 26.823.127,62 de Capital Social subscrito, R\$ 26.788.847,14 de Capital Social integralizado, R\$ 152.803,92 de Reserva Legal e R\$ 3.233.222,06 de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 466.154,85, sendo que 5% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasse do BNDES, que totalizam R\$ 22.394,38 e R\$ 443.760,47 são outras obrigações como funcionários, impostos sobre os lucros e fornecedores.

Balanco Patrimonial (R\$ Mil)



GESTÃO ORGANIZACIONAL

▪ **Gestão de Riscos e Controles Internos**

A Agência de Fomento possui uma Coordenadoria responsável pela gestão de riscos da organização, englobando os riscos de crédito, mercado e operacional. O modelo de controle interno adotado vem descrito na Resolução Fomento n.º 095/2011. O modelo de gestão de riscos e controles internos implementados utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles.

A implementação do processo de gestão de risco e controles internos utiliza a arquitetura elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A gestão do risco de crédito da Agência de Fomento tem a finalidade de acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito. São utilizados modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da Governança Corporativa.

A Coordenadoria de Riscos e Compliance, na função de Gestora do Risco de Mercado, tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk – VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a instituição manteve o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.

• **Conclusão**

Ao findar o exercício, verificou que os procedimentos adotados foram cumpridos conforme as políticas e diretrizes internas e externas.

Sendo assim, esta Coordenadoria verificou que a Instituição manteve seu Patrimônio de Referência Exigido – PRE, e as demais reservas técnicas, dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas vigentes, os limites de exposição a riscos foram bem superior ao mínimo exigido, com isso o enquadramento da aplicação está em conformidade com as normas estabelecidas pelo órgão fiscalizador.

▪ Ouvidoria

A Ouvidoria da Agência de Fomento foi implantada em 30 de novembro de 2007 com a finalidade de atender ao que determina a Resolução BACEN n.º 4.433/2015 e com o disposto na Circular 3.503/10, tendo como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor a imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios.

No exercício de 2016, houve 09 ligações pelo DDG 0800. Assim sendo, no período compreendido de 01/01/2016 a 31/12/2016, **não houve registro de demandas de Ouvidoria.**

Verificou-se que a Agência de Fomento cumpriu com o exigido pelo órgão fiscalizador, divulgando nos impressos da Instituição e nas peças publicitárias o canal de Ouvidoria.

AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna finalizou suas atividades do exercício de 2016 dentro do planejado no seu Plano de Atividades de Auditoria Interna e Cronograma de Atividades. No final do exercício passado, a auditoria interna vislumbrou a necessidade da elaboração do Manual de Gestão de Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Para isto, iniciou logo nos primeiros meses do exercício um esboço do manual, que será apresentado a Administração.

Com o Manual, entendemos poder vir a contribuir significativamente para o processo de afirmação de competência e profissionalismo na gestão da companhia.

A evolução natural desse processo passará, sem dúvida, pela iniciativa da elaboração da primeira edição e pelas atualizações futuras. O Manual é exigência dos órgãos reguladores e fiscalizadores, e aconselhado pela auditoria independente, no desempenho de suas atividades.

O Manual deverá regulamentar todas as áreas envolvidas no Sistema de Controle Interno, independente de que suas atribuições específicas compreendam que suas ações devem estar direcionadas para o objetivo comum que é, em síntese, o cumprimento das normas, na elaboração dos processos de execução da despesa, e na liberação de crédito da companhia.

O Manual será desenvolvido pela Auditoria Interna, e tem como objetivo servir de orientação e auxílio aos integrantes da Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, e a todos aqueles que pretendam obter subsídios acerca dos procedimentos de Auditoria e das disposições normativas.

Atuando de forma coordenada e tendo como finalidade básica o assessoramento da administração por meio do exame e avaliação, entre outros, os seguintes aspectos: a) adequação e eficácia dos controles; b) integridade e confiabilidade das informações e registros; c) integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, assim como da sua efetiva utilização; d) eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos de salvaguardas dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos; e) compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos; f) mensuração dos problemas e riscos, assim como o oferecimento de alternativas de solução.

O Manual de Gestão de Auditoria Interna, estabelece normas e procedimentos para execução dos processos de auditoria interna através de análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da Fomento no cumprimento de seus objetivos.

Licitações realizadas no exercício 2016

Durante o exercício foram realizados com sucesso 05 (cinco) processos licitatórios. Durante a fase interna, acompanhamos os procedimentos adotados pela coordenadoria administrativa, setor responsável pela montagem do processo, onde foram feitas algumas recomendações de ajuste processual. Os processos também foram vistoriados pela coordenação de riscos e compliance na fiscalização e no auxílio da elaboração dos documentos e pela comissão permanente de licitação, responsável pela execução na fase externa, e da publicação dos atos obrigatórios decorridos.

Coordenadoria de Gestão de Crédito

Nota:

A coordenadoria de gestão de crédito, passa a informar que devido a mudança do sistema gerenciador de crédito SysTO para Fácil Cred, na migração dos clientes, para o novo Sistema, ficaram 2 (dois) deles sem a devida migração. Desta forma, as informações do Relatório de Atividades de Auditoria Interna do 2º semestre de 2016 as fls. 25 e 26 passam a ter os seguintes dados:

Foram liberados 72 contratos e não 70 como haviam informado, perfazendo um total de recursos liberado no exercício de R\$ 5.873.250,89 e não R\$ 5.589.775,08 como haviam informado.

No exercício houve a liberação do montante de R\$ 3.939.985,71, distribuídos em 57 contratos, sendo todos novos clientes. Consta ainda no período que foram renegociados 15 contratos de exercícios anteriores, no qual resultou o valor de R\$ 1.933.220,18 totalizando no exercício, o montante de R\$ 5.873.250,89, (cinco milhões quinhentos oitenta e nove mil setecentos setenta e cinco reais oito centavos).

RECONHECIMENTOS

A Diretoria da Agência de Fomento dirige-se à comunidade para transmitir aos tocaninenses e a todos que labutam na honrosa missão de desenvolver a economia do Tocantins a sua firme determinação de, em nome do Governo do Estado e da confiança que lhes foi depositada pelo mesmo, exercer a gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações precedentes, que atestam o bom desempenho desta Instituição ao longo da sua atual gestão, ensejam o reconhecimento agradecido desta Diretoria aos seus clientes, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do tocaninense. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros a Agência de Fomento, em especial o BNDES, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Tocantins e da sua gente. Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores da Agência de Fomento, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos tocaninenses.

Palmas - TO, 18 de janeiro de 2017.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR
Diretor-Presidente

MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA
Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício

